

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## OS SOCIALISTAS BRASILEIROS EM FACE DA REPÚBLICA

Adalberto Coutinho de Araújo Neto  
Instituto Federal de São Paulo  
prof.adalbertocoutinho@ifsp.edu.br

Novos horizontes se abrem ao povo brasileiro com o estabelecimento da forma republicana de governo no país.

A democracia que na sua acepção pura [...] é o regime da igualdade [tanto] de direitos como de deveres, veio nivelar todas as classes na partilha dos bens sociais, libertando-as do privilégio de umas sobre as outras.

O proletariado nacional que até hoje foi apenas uma força anônima, servindo de base a todas as ambições, por inconfessáveis que fossem, passou desta arte a ser uma força preponderante na sociedade, um elemento de prosperidade, de riqueza e de progresso<sup>1</sup>.

Os socialistas brasileiros durante os anos finais do Segundo Reinado assumiam a luta abolicionista e se declaravam republicanos e democratas (ARAÚJO NETO, 2016). A escravidão, além de um crime contra a humanidade, era uma ofensa; um aviltamento de algo precioso para eles: o trabalho<sup>2</sup>. Este deveria ser valorizado fundamentalmente como elemento de progresso e elevação moral da população e do país. Da mesma forma, a monarquia era vista como a herança da conquista militar, da violência, do saque e da exploração que fundava o país desde os tempos coloniais, como se estampava às páginas do jornal republicano *A Democracia*, dirigido por Vicente de Souza, no Rio de Janeiro. Aliás, era ela própria uma herança colonial e, como tal, um empecilho ao progresso do país. Ela irmanava-se à escravidão, sistema que defendera e lhe fundamentava a existência, em conjunto com a manutenção dos privilégios das classes proprietárias

---

<sup>1</sup> “O Operário e a República”, *A Voz do Povo: órgão dos operários dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, 07/01/1890, nº 2, p. 1.

<sup>2</sup> Cláudio Batalha (1999) comenta a posição abolicionista de grande parte das associações operárias que surgiam a partir de fins da década de 1870, e, em alguns casos, com posições tendentes ao republicanismo. É o caso do “Corpo Consultor” da associação Corpo Coletivo da União Operária, de 1880, que possuía em seus quadros “notórios abolicionistas ou republicanos, tais como André Rebouças, Benjamin Constant, Vicente de Souza, Joaquim Saldanha Marinho” (BATALHA, 1999, p. 64). No caso de Vicente de Souza, já podemos dizer: socialista também. Batalha cita a conferência de Vicente de Souza na Associação Tipográfica Fluminense “O Império e a Escravidão; o Parlamento e a Pena de Morte” (idem, p. 64) – nesta, além de associar a escravidão e o Império de maneira definitiva, também menciona o socialismo. Batalha comenta, porém, apoiado em Graham (*Patronage and politics in nineteenth-century Brazil*) que o abolicionismo das associações operárias e de artífices que essa “discussão em torno da escravidão devia-se às vezes menos a razões de caráter humanista ou visando contrapor-se à injustiça, mas porque a escravidão era considerada como um obstáculo a qualquer esforço de valorização do trabalho, ou de ‘nobilitação’, como diziam na época, já que reforçava a desqualificação do trabalho manual na cultura dominante brasileira” (idem, p. 65).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nobilitadas, herdeiras do passado colonial de exploração. E como se não bastasse, a monarquia representava a fraude eleitoral sistemática e o reinado do arbítrio através da aplicação de algo considerado uma aberração: o Poder Moderador<sup>3</sup>. Finalmente, a monarquia também significava o padroado e a permanência do domínio religioso exclusivo sobre a cultura nacional através de diversos meios institucionais, incluindo a educação. Isso mantinha o país culturalmente atrelado a preconceitos e superstições e impediam o *progresso* pela ausência de incentivos ao estudo e desenvolvimento das ciências, vistas como iluminadoras e fator de potencialização do trabalho.

Por outro lado, a República seria a antítese disso tudo: o fim da escravidão; o fim do padroado e a separação entre Igreja e Estado; o fim do Poder Moderador e o incentivo ao progresso. Porém, o mais importante para esses socialistas – em alguns casos saint-simonianos, e não raro, conhecedores da história francesa contemporânea – era que a República deveria representar o advento da *democracia*. E daí, esperava-se a construção de algo como uma República Social.

Eric Hobsbawm (1988), ao discutir a relação entre o movimento operário e os Direitos Humanos em uma perspectiva de conquista e efetivação dos mesmos ao longo do processo histórico da luta de classes, relaciona-os igualmente à conquista e efetivação da “democracia política”. Se, na primeira metade do século XIX, os “militantes operários” apresentavam-se como “democratas” e vislumbravam tão somente a conquista da democracia, basicamente eleitoral, na segunda metade do século essa posição pró-democracia já apresentava uma nova perspectiva. Para os militantes pertencentes aos partidos socialistas de massa que surgiam na Europa, a conquista da democracia era um *meio* para as reformas sociais pretendidas. Evidentemente, os marxistas propunham muito mais que isso; propunham a organização da luta de classes em níveis cada vez mais elevados com perspectivas revolucionárias de transformação social e econômica, muito além do âmbito político. Nesse sentido, a militância dos socialistas brasileiros durante a última década do Segundo Reinado estava em acordo, ao menos político, com a ação operária e socialista na Europa Ocidental, em luta pela ampliação da democracia e

---

<sup>3</sup> Inclusive, as primeiras críticas do movimento republicano se dirigiram, entre outros aspectos, à existência do Poder Moderador, conforme Sérgio Buarque de Holanda (1997) indica, e ao centralismo político no Rio de Janeiro, então Corte do Império. Os republicanos, principalmente os republicanos paulistas e cariocas, defendiam, além da extinção do Poder Moderador, o “poder irresponsável”, conforme Sérgio Buarque, a adoção do federalismo de inspiração norte-americana.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conquista do sufrágio universal, conquanto não se propusessem à luta do proletariado enquanto classe. Essa opção era realista tendo-se em vista o baixo desenvolvimento econômico e social brasileiro e, principalmente, a existência *ainda* da escravidão. Esses dois fatores somados eram percebidos como empecilhos para o desenvolvimento da classe operária.

Ângela Castro Gomes (1994) comenta a surpresa geral pela rápida queda da monarquia depois do golpe militar, resultante do amadurecimento das condições da crise do sistema monárquico que já vinham de décadas, passando pelo movimento abolicionista, pelas questões militares e pela mobilização republicana. Os primeiros anos da República, com o Governo Provisório, e depois, constitucional, assistiram à instauração da instabilidade política, inclusive com a crise do Encilhamento e as violentas revoltas armadas. E, nesse momento inicial, estava aberta à participação do poder – era o que se pensava, segundo Gomes – de diferentes propostas políticas e estava aberta a possibilidade do aparecimento dos trabalhadores como sujeitos políticos. Eram aqueles que se diziam socialistas que tentaram a primeira mobilização operária, criando partidos operários – socialistas.

Entretanto, a Proclamação da República, *em si*, foi um ato quase que exclusivamente militar; com participação mínima do elemento civil – mais ligado à sua proclamação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro – e, portanto, com participação também mínima dos republicanos radicais de classe média e daqueles de extração proletária. Mas, quais foram suas atitudes e percepções desse fato para os socialistas?

Cláudio Batalha (2003) aponta as esperanças despertadas em meio ao operariado organizado no episódio da Proclamação da República, bem como sua desilusão posterior. Os trabalhadores esperavam uma igualdade política maior e mais abrangente, assim como o início do tratamento das questões sociais e laborais. Sua desilusão levou vários líderes a se tornarem socialistas e outros, a se tornarem libertários. Batalha (2007) afirma que as próprias lideranças socialistas vinham do que considera como uma ala esquerda do republicanismo. Como republicanos, identificavam-se com as posições radicais de Lopes Trovão. Logo, porém, se desiludiram com os caminhos que a República tomava no Brasil. Isso, para o autor, explica a dificuldade de elaboração teórica desses homens que se viram alçados à liderança dessa tendência, sem terem sido antes mais experimentados, ou terem

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ocupado posições de destaque no republicanismo ou no abolicionismo. Socialmente falando, o autor classifica os principais expoentes do socialismo nos anos 1890: operários qualificados (José Veiga, Luiz França e Silva, Mariano Garcia), jornalistas (Gustavo de Lacerda), advogados (Evaristo de Moraes), médicos (Estevam Estrella, Silvério Fontes e Sóter de Araújo), (BATALHA, 2007, p. 28). Esses primeiros socialistas sofreram consequências por sua militância em uma sociedade conservadora; principalmente os operários, que amargaram o desemprego e discriminação social e política. Nesse caso, o afrodescendente Luiz França e Silva chegou a morrer na pobreza, sem conseguir emprego e intrigado com a própria classe.

Nós, por outro lado, consideramos que os socialistas foram *também* republicanos, mas já possuíam, ao menos alguns de seus expoentes, posições socialistas anteriores, já durante a última década do Segundo Reinado. Pesquisamos sua militância em jornais do período e notamos que ela era tanto republicana quanto abolicionista e já possuía traços socialistas (ARAÚJO NETO, 2016). De qualquer modo, sua desilusão com os primeiros anos da República e sua militância independente em relação ao novo regime, embora sem dúvida, republicana, mas também socialista, constituem parte de nosso objeto de pesquisa e discussão.

### **O contexto internacional: o proletariado europeu e a dialética da democracia**

Na abertura deste artigo fizemos menção às discussões acerca das propensões republicanas e democráticas do proletariado europeu de uma maneira geral. Devemos agora nos debruçar um pouco mais sobre essa questão gêmea: quais eram as relações dos socialistas e socialdemocratas europeus com os temas República e democracia?

Os primeiros momentos de identidade dos trabalhadores, artífices e operários com a república e com a democracia se dão ao tempo da Revolução Francesa, mais apropriadamente, durante a Primeira República Francesa. Wolfgang Abendroth (1977) considera saliente as influências das ideias democráticas radicais sobre o operariado europeu. Muitos trabalhadores teriam se tornado defensores da Revolução Francesa, em seu conteúdo jacobino mais radical. Na Inglaterra, foram influenciados pelos escritos de Thomas Paine, especialmente por sua obra *Rights of man*, e, com Thomas Hardy, criaram

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em 1792 a primeira das Sociedades de Correspondência, o que também aparece em Thompson (1987), para difusão ideológica do jacobinismo, agora em versão inglesa, com a novidade de ser tanto pequeno-burguesa radical, como misturado com questões operárias. Essa ousadia dos trabalhadores londrinos não passou sem a repressão dos governos parlamentares de coalizão burguesa e aristocrática, na *Combinations Act*. Na Alemanha, também houve levantes de tecelões entre 1792-1794; o apoio ao jacobinismo era plebeu em ambos os países. Na França, os trabalhadores manuais foram a ala mais ativa do jacobinismo, mas não lograram revogar a lei girondina de 1791 contra reuniões, organizações e manifestações de trabalhadores. Após o fim da Revolução Francesa, ficou a experiência internacional, embora o proletariado não houvesse, nesse momento, se separado da pequena burguesia (ABENDROTH, 1977).

Essas foram as primeiras experiências de um proletariado em formação, tanto na Inglaterra, quanto em outras partes da Europa, com a militância política e ativismo revolucionário. E o foi, primeiro, com ideias e princípios republicanos e democráticos radicais.

Será na França, novamente, que as ideias democráticas e republicanas passarão por reelaboração, mas, desta vez, com contornos mais precisos e que começavam a se separar das ideias e bandeiras pequeno-burguesas. Historicamente, uma das principais referências para a *República Social*, tanto democrática como já tendente ao socialismo, surgiu na Revolução de 1848, na França, ao menos até o período de Junho desse mesmo ano, quando o proletariado parisiense foi massacrado pela burguesia.

Hobsbawm (1998 e 1996), ao discutir a Primavera dos Povos, aborda a questão da almejada República Social pelos revolucionários proletários e pelos socialistas que começavam a se organizar, mas que foram massacradas entre junho de 1848 e o transcorrer de 1849 (nesses casos, mais como experiências de repúblicas democráticas que teriam um horizonte revolucionário proletário muito distante) em outras grandes cidades europeias, tanto pela traição política e social burguesa, como pela reação monárquica. Havia esperanças e esforços dos revolucionários em grandes centros urbanos europeus na implantação dessa forma de democracia revolucionária que deveria ser mais justa socialmente para os trabalhadores em geral. Essas eram experiências históricas internacionalmente conhecidas – especialmente a experiência francesa – inclusive por

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

parte da liderança socialista brasileira nos primeiros momentos da República, cerca de quarenta anos depois.

Segundo Hobsbawm (1996), o período foi marcado pelo aparecimento da democracia como fenômeno político não revolucionário, mas que poderia ter um considerável potencial nesse sentido. Os democratas foram revolucionários em 1848, muitos dos quais próximos dos socialistas e comunistas, sendo derrotados. A década de 1850 foi reacionária e experimentou uma certa volta do Absolutismo e uma conciliação entre este e os liberais, talvez, mais por iniciativa dos segundos. De qualquer forma, a autocracia política teve que abrir espaços a partir dessas conciliações e para agirem conjuntamente contra os revolucionários. De início, foram composições ministeriais politicamente reacionárias com liberais ex-revolucionários que implantaram o liberalismo econômico por quase toda a parte, vendo-o mesmo como a *única* política econômica para o desenvolvimento. Em seguida, vieram liberalizações laicas na educação e as influências de uma política voltada para a construção e ampliação dos Estados-Nações.

Se a Revolução deixou de ser um horizonte próximo para os revolucionários durante as décadas de cinquenta e de sessenta, estes não deixaram, contudo, de trabalhar no sentido da organização do proletariado e de sua educação política. No continente, a organização das associações operárias e do movimento em si, foi liderada principalmente por socialistas de várias tendências, que introduziram seus conjuntos ideológicos entre as massas proletárias.

Das grandes exposições industriais internacionais na Inglaterra, da luta revolucionária democrática de Garibaldi na Itália, da malograda revolução de libertação nacional polonesa e da Guerra Civil norte-americana, houve uma grande onda politizante sobre o proletariado que, em 1864, reuniu expressivas lideranças em Londres e fundou a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Essa era uma entidade que congregava trabalhadores de diversas e às vezes díspares, tendências políticas. Segundo Hobsbawm (1996), inicialmente foi difícil saber se a ação da AIT teria influenciado a organização de entidades pelo continente, a estalar de grandes ondas grevistas, ou se tudo foi concomitante à expansão do movimento operário. Ao final da década de 1860, até a Comuna de Paris, a participação da Internacional era bem mais sensível, com muitos líderes e associações operárias buscando filiar-se ou ligarem-se à AIT. A Guerra

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Franco-Prussiana e os eventos posteriores à derrota da Comuna de Paris impuseram grandes dificuldades de ação ao movimento operário internacional que se formava.

Mas, havia algo novo. O movimento operário se refazia e era crescentemente socialista e já bastante marxista no continente, especialmente nos países de língua alemã. A formação do Partido Social-Democrata, na Alemanha, em 1875, mais conhecido por sua sigla, SPD, e seu crescente sucesso eleitoral demonstravam que algo novo estava surgindo, embora não parecesse revolucionário. A Segunda Internacional surgiria em 1889, agora como uma frente de partidos políticos socialistas, com base marxista, mas que iam deixando de ser revolucionário, embora não assumissem essa condição publicamente, ou a negassem também.

Em fins da década de 1870, a principal influência exercida pelo marxismo estava no movimento operário alemão, especialmente depois da derrota da Comuna de Paris e da formação dos partidos operários alemães. Os escritos de Marx que mais tiveram influência na Alemanha foram o *Manifesto do Partido Comunista* e *O Capital*, conforme Hans-Josef Steinberg (1989). Em 1891, no Congresso de Erfurt, o marxismo foi oficialmente adotado pelo unificado SPD na Alemanha. Nesse período, seus principais teóricos eram Karl Kautsky, Eduard Bernstein e Wilhelm Liebknecht, sendo August Bebel seu principal líder político (MATTHIAS, 1978). Eles absorveram o marxismo entre os anos 1860 e 1870; criaram, em comunhão com Engels após a morte de Marx, o que ficou conhecido como marxismo da Segunda Internacional, ou ortodoxia marxista.

No que se refere à nova forma dos movimentos revolucionários, o próprio Engels aconselhou que fossem de massas e que procurassem se desenvolver e crescer sem cair na tentação – ou provocação – insurrecional, tendo em vista que os progressos técnicos do Exército provocariam um completo massacre nos revolucionários, conforme aparece na conhecida e discutida “Introdução” à edição de 1895 de *Luta de Classes na França*, de Marx (ENGELS, 1895, in MARX, s/d, vol. 1). Seria o fim definitivo da luta nas barricadas. Para a luta armada ter sucesso, era necessário que uma parte significativa do Exército passasse para o lado dos revolucionários. O crescimento constante da propaganda e da organização da socialdemocracia poderia gerar o fenômeno de soldados socialdemocratas empunhando fuzis de repetição, isto é, socialdemocratas mobilizados no Exército, que poderiam – e deveriam em caso de necessidade – passar para o lado dos

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

revolucionários (STEINBERG, 1989). Nesse sentido, o progresso eleitoral constante da socialdemocracia alemã seria uma nova resposta que, na visão de Engels, servia para quantificar o progresso político em meio à população alemã, já que desde 1866, havia voto universal masculino, como resultado de uma manobra “bonapartista” de Bismarck. O próprio progresso eleitoral parlamentar da socialdemocracia deveria ser revolucionário, uma vez que os representantes eleitos não deviam abrir mão do programa do Partido e propor o avanço constante das conquistas. Em determinado momento, as classes dominantes teriam que agir violentamente contra esse progresso eleitoral e político, dando o sinal para a Revolução, já que ela própria entraria em contradição com seus princípios liberais-democráticos.

Enquanto esse avanço do movimento operário ocorria na Alemanha e sua organização política e ideológica, embora experimentasse grande expansão numérica e social, também experimentava acomodações políticas e mesmo ideológicas, o socialismo e a socialdemocracia se expandiam em outras partes da Europa. Geoff Eley (2005) associa o advento das reformas constitucionais liberais e a expansão do direito de voto e as liberdades organizativas, sindicais e partidárias, com o avanço do socialismo em outros países europeus. Onde os partidos e movimentos socialistas puderam se identificar com o sistema estatal e até divisaram seu governo, a tendência reformista fortaleceu-se; onde houve maior repressão, a tendência revolucionária insurrecional fortaleceu-se. E, mesmo onde houve proibição e repressão, os partidos socialistas cresceram na ilegalidade, como dentro do Império Russo e na Hungria, sob a dinastia dos Habsburgos.

Uma parte significativa dessas experiências começava a ser conhecida pelo movimento operário brasileiro que se organizava politicamente após a Proclamação da República, em mesmo antes, durante a década final do Império. Como já nos referimos, as lideranças operárias e socialistas brasileiras tomavam conhecimento, ainda que parcial e, provavelmente superficial, das experiências políticas proletárias europeias através da imprensa operária e mesmo, da imprensa comercial, ou “grande imprensa” do Rio de Janeiro.

**Os socialistas brasileiros e a República: sonhos e ilusões**

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Algumas percepções políticas se agitaram com a República; se houve oportunismo e cinismo por parte de representantes das classes dominantes, que formavam a “elite política imperial”, houve também esperanças e crenças sinceras, conquanto limitadas. Edgar Carone (1977) aponta uma mudança organizativa política do operariado a partir do primeiro ano republicano no Brasil:

1890 parece que representa, paradoxalmente, ano da mudança, de passagem, entre este movimento pioneiro, com traços ideológicos e até organizatórios tênues, e o movimento seguinte, mais estruturado, amplo e bastante diferenciado dos interesses da burguesia. A constatação é nítida, mas a explicação depende de uma pesquisa maior, que não foi feita até agora [sic]: o que podemos afirmar, precisamente, é que esse fato, a partir do ano de 1890, resulta no surgimento de um sem número de organizações partidárias e de jornais, cada um deles exprimindo atitudes semelhantes às das diversas e modernas correntes operárias europeias, não as do começo do século, como vimos atrás, mas, sim, as do seu fim. É espantosa a mudança que se faz sentir no movimento operário brasileiro, momento em que se difundem pontos de vista mais ou menos radicais, representativos das diversas correntes do socialismo reformista ou do anarquismo, tendência esta que será dominante até a 1ª Guerra Mundial (CARONE, 1977, p. 17).

Não nos parece que a clareza ideológica quanto ao socialismo desses militantes fosse profunda. Além disso, elementos utópicos que fundamentavam o discurso de alguns grupos na década anterior, inclusive, desde 1879, ainda se apresentam no discurso de 1890; ainda há traços saint-simonianos, de certa utopia em relação à indústria e ao progresso – neste caso, são elementos caros ao positivismo. Evidentemente, essa opção discursiva e a fé no progresso, que só podia ser industrial, revelam-se uma ferramenta para a valorização do *trabalho*. E o trabalho era muito mais que um eufemismo referente ao proletariado; era sua essência, sua alma, seu valor material; seu alto valor moral. Novamente os traços utópicos se revelam nessa concepção, que mistura noções idealísticas e realidade material. De qualquer modo, elementos utópicos saint-simonianos e positivistas se misturavam no discurso e na concepção de sociedade e visão de mundo desses socialistas, o que, de resto, foi apontado por Ângela Gomes (1994) e nós veremos exalado pelas fontes pesquisadas<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> As concepções acerca do que seria o socialismo e mesmo seus modelos organizativos vão ficando lentamente mais claros no transcorrer desses primeiros quatro anos de República no país, conquanto certa indefinição ideológica entre os socialistas brasileiros persista por vários anos. Essa evolução, por assim dizer, das concepções organizativas e ideológicas, lenta, será influenciada tanto pelas condições concretas da vida e militância operária nesse período conturbado, quanto por matérias jornalísticas internacionais acerca dos partidos operários de massa europeus quanto à sua organização e seus desempenhos políticos parlamentares, de resto, constantemente noticiadas e comentadas em jornais cariocas, tanto operários quanto da imprensa burguesa de grande circulação, conforme notamos em nossa pesquisa sobre as organizações partidárias da classe operária brasileira. Constantemente havia alguma notícia acerca do

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Contudo, e nisso podemos concordar com Edgard Carone no trecho acima, havia clareza quanto à necessidade da República para o avanço organizativo e político da classe operária então nascente. Evidentemente, deveria tratar-se de uma República democrática e, *democrática* em sentido amplo, muito mais que o liberalismo. *Democrática* no sentido da extensão do direito de voto às classes trabalhadoras e à mulher, como foi defendido mais de uma vez no âmbito da constituinte pelo tenente José Augusto Vinhaes, o representante eleito do proletariado; do direito de organização política e social e com abertura para o debate e conquista de direitos sociais. *Democrática* no sentido do direito ao debate político amplo, que abarcasse também questões sociais e econômicas. Evidentemente, alguns desses socialistas já almejavam a *República Social* para os anos vindouros. E a clareza política quanto à oportunidade para a satisfação de uma necessidade da classe se fez sentir em diversos pontos do Brasil, como discutimos em outras partes desta pesquisa – não presentes neste artigo – quase que na sequência imediata do início da organização política dos trabalhadores do Rio de Janeiro, seguidos pelos paulistas.

Marcus Vinicius Pansardi (1993) discute a produção acadêmica sobre o movimento operário, basicamente os clássicos, no que tange aos socialistas do período também conhecido como “República Velha”. Esse autor critica as interpretações que tratam os socialistas, principalmente os cariocas, como “trabalhistas”, “amarelos”, “oportunistas” e “pelegos”. Inclusive, a afirmação dos contemporâneos que os consideravam “jacobinos” e “republicanos sociais”. Para Pansardi:

(...) o reformismo dos socialistas no período não é um fator dado que não precisa ser explicado, muito menos se deve apenas ao mimetismo da situação internacional – predomínio do reformismo da II Internacional – e sim deve ser explicado pela própria trajetória do movimento socialista no Brasil, pela história pretérita da classe operária – sua relação com os regimes imperial e republicano – e pela origem republicana de uma parte significativa de seus militantes (PANSARDI, 1993, p. 23).

O autor comenta a proximidade entre os socialistas da década de 1890 com a República, documentando essa proximidade com trechos de matérias e textos publicados

---

socialismo europeu, neste caso, alemão, francês, belga, austríaco, italiano, português e inglês. Evidentemente, não eram debates político-ideológicos profundos, mas comentários sobre cenários políticos desses países nos quais os partidos operários começavam a figurar com crescente destaque. Pesquisamos, dentre outros, *O Paiz*; *Jornal do Commercio*; *Cidade do Rio* e *Democracia*, além dos jornais operários *Voz do Povo* e *Echo Popular*, isto para o Rio de Janeiro. Para outros estados e outras localidades do país, nos valem da imprensa operária e socialista local.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

na imprensa socialista e operária do Rio de Janeiro. Nesse sentido, Pansardi considera tanto operários como elementos de classe média na mesma representação: o tipógrafo França e Silva e o primeiro-tenente da Marinha, José Augusto Vinhaes (ARAÚJO NETO, 2018), por exemplo. Pansardi considera a proximidade entre operários e socialistas, ou quem falasse pelos operários na imprensa, mas com alguma legitimidade, como no caso da *Revista Typográfica*, desde 1888. Falavam a favor do abolicionismo, assim como da República, que esperavam social, um pouco à francesa, com elementos que remetiam à 1848; ele cita ainda alguns jornais da década de 1880 da Bahia e de Pernambuco, através da citação de outros autores. Essa proximidade seria desejada tanto por algumas alas ditas radicais do republicanismo, como pelos próprios socialistas que esperavam representar a classe operária em uma futura e desejada República Democrática. Esse autor irá discutir no transcorrer da obra, a decepção do operariado organizado, mais propriamente, dos socialistas, com os rumos da República. Por ora, nos interessam as primeiras reações e atitudes dos trabalhadores que se organizavam politicamente em classe.

Em diferentes localidades do país, segundo Benito Bisso Schmidt (2007), os socialistas saudaram a República como um momento de liberdade e de novas perspectivas sociais, políticas e econômicas. No Rio de Janeiro, foram mais enfáticos em apoiá-la junto ao operariado, tanto sob a liderança de França e Silva, mais reticente e cauteloso, segundo o autor, e o tenente Vinhaes, aderente de primeira hora. Contudo, entre 1892-94, a “lua de mel” se desvanece, com a desilusão quanto aos avanços sociais e mais ainda, quanto ao fechamento oligárquico do regime e da repressão que começava a se abater sobre o operariado organizado.

Cláudio Batalha (2003 e 2007) apontou a identificação dos “primeiros” socialistas brasileiros com republicanos que poderiam ser considerados “de esquerda” e mesmo, com os abolicionistas, provenientes da luta que vinha de fins do Império e que culminaram tanto na Abolição, quanto na Proclamação da República. Nossas pesquisas, no entanto, apontam para uma interpretação um pouco diversa da questão: não seriam todos os “primeiros socialistas”, isto é, os militantes da década de 1890 oriundos da ala “esquerda” do republicanismo, senão uma outra situação: os socialistas aderiram à luta abolicionista e republicana como condição prévia para a luta própria de implantação, ou construção, de uma sociedade mais justa; do que, ainda pouco claramente, concebiam como socialismo.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em sua maior parte, sua proposta de socialismo não era revolucionária, mas reformista; a instauração do regime republicano já seria, em si, um ato revolucionário. A própria República a ser implantada deveria ser democrática e esse termo era compreendido no sentido de amplitude da participação política dos cidadãos – homens – incluindo fundamentalmente as classes trabalhadoras. As liberdades políticas e ideológicas, com abertura total para ideologias seculares, deveriam ser conseguidas, incluindo a plena liberdade de organização e associação, tanto no plano das sociedades operárias de resistência – perspectiva que começava a se constituir, ainda que não muito claramente ou de forma declarada – como, e, principalmente, *partidária*. Esse conjunto de conquistas democráticas republicanas era considerado como uma *revolução*, naquele momento<sup>5</sup>.

Proclamada a República; concretizado o ato de 15 de novembro, inicialmente, evento visto e compreendido por eles como *revolucionário*, o importante era lutar para sua consolidação e, ao mesmo tempo, para a instauração da democracia ampla que defendiam. Outros setores, denominados à época de *jacobinos* – alusão à Revolução Francesa, especialmente à sua fase convencional, discutida e louvada à época pelos republicanos brasileiros – e assim classificados pela historiografia da qual Suely Robles Queiroz (1986) é expoente, também propunham veementemente um regime democrático e com cores revolucionárias, ora inspirado na República Francesa de 1792; ora inspirado no exemplo republicano revolucionário norte-americano.

Parte significativa das lideranças socialistas não veio do republicanismo de esquerda, mas esteve próxima e atuou conjuntamente na tentativa de conquista de um ideal inicialmente comum e basilar: a *República democrática*. O predicado que segue ao conceito *república* é que será o pomo da discórdia. Afinal, sem a implantação da democracia ampla que incluísse os trabalhadores, no mínimo urbanos, não haveria espaço para a conquista das reformas sociais importantes, que se tornavam em *questão social* já no transcorrer desses anos. E qualquer fórmula que abstratamente enunciasse a

---

<sup>5</sup> Historiadores, e autores em geral, que se debruçam sobre a História Contemporânea e, também, sobre a história do movimento operário e dos mundos do trabalho de maneira geral, apontam que até meados do século XIX a conquista da democracia era revolucionária, como esperavam os democratas que incluíam republicanos burgueses e socialistas e os comunistas envolvidos com sociedades secretas na década de 1840-50. É certo que, nas décadas de 1860 e 1870, reformas liberais dentro das monarquias europeias foram ampliando o direito de voto e sancionando algumas liberdades políticas e sociais, aproveitadas pelo proletariado organizado para a conquista da democracia, mas, inicialmente, a democracia foi, até os anos 1850, uma conquista revolucionária (BEER, 2006, ELEY, 2005 e HOBBSAWM, 1996 e 1998).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

democracia, como os republicanos oligárquicos farão valer nos momentos subsequentes, não representaria o encaminhamento dos anseios do proletariado àquele momento.

À parte a propaganda política e social no discurso, esses militantes queriam ver a República como a antessala do próprio socialismo quando consideram que o novo regime “veio nivelar todas as classes na partilha dos bens sociais, libertando-as do privilégio de umas sobre as outras”<sup>6</sup>. Sem dúvida, tratava-se do *desejo* de uma “República Social”, como muitos militantes pensaram na Europa, durante a Primavera dos Povos (HOBSBAWM, 1996; ELEY, 2005). Esperava-se ainda que o novo regime impulsionasse o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, valorizasse o trabalho como categoria social, com importância econômica ressaltada com status político, ou seja, o proletariado, como classe essencialmente agente e indispensável ao *progresso*.

Era precisamente nesse momento que o operariado sentiu mais a necessidade de organizar-se para representar a si próprio diante das “classes usurpadoras que no velho regime decaído tudo exploravam n’este país”. Chegando neste ponto, o articulista passa a criticar a monarquia considerando-a um regime tacanho e imoral, o inverso da República que nascia. Comparou a proclamação republicana no Brasil com a Revolução Francesa:

A monarquia no Brasil foi abatida. A avalanche da evolução arrastou-a até a beira do abismo [...] Uma revolução pacífica, verdadeiramente sublime, em vez d’ela erigiu em nossa pátria o governo da república e deu a liberdade em toda a refulgência de seus brilhos<sup>7</sup>.

Enfim, esperava-se pela igualdade democrática entre as classes e que o proletariado pudesse fazer valer seus interesses e “aspirações” “no seio de um povo moderno, igualitário e livre”.

Compreende-se que os socialistas brasileiros viam na Proclamação da República uma *Revolução*. Cumpria fazer as reformas necessárias para que ela, um regime ainda recém-nascido, ganhasse feições mais democráticas e igualitárias possíveis e somente o proletariado organizado social e politicamente poderia garantir isso, segundo depreende-se do discurso emitido na *Voz do Povo*. Somente o proletariado organizado em classe poderia garantir que a República assumisse a essência desejada.

---

<sup>6</sup> “O Operário e a República”, *A Voz do Povo: órgão dos operários dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, 07/01/1890, nº 2, p. 1.

<sup>7</sup> Idem.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Entremeada à retórica romântica, o apoio e adesão à nova situação que viam como revolucionária, os socialistas também expressavam clareza de sua posição relativa aos fatos e situação daquele momento. Em meio ao lirismo – “Os grandes só são grandes porque estamos de joelhos: ergamo-nos. Hoje somos livres, iguais e soberanos. O presente é nosso, o futuro nos pertence: levantemo-nos” – também e, necessariamente, havia espaço para a clareza: “A ordem pertencerá a outros”, para voltar à esperança: “mas o progresso é nosso”<sup>8</sup>.

Mas, objetivamente, o que era o “progresso” que desejavam e defendiam?

Era a indústria e o desenvolvimento econômico diversificado que esperavam ser incentivados e estimulados pelo novo regime. E a indústria só poderia ser uma realidade com o concurso decidido e claro do operariado munido de consciência de classe: “Saibamos ser operários e cidadãos de uma pátria livre. E, assim sendo, seremos sem dúvida, as mais fortes colunas deste grande país”<sup>9</sup>. “Saber ser operários”, neste caso tinha duas conotações: ter e desenvolver consciência de classe e fazer valer essa consciência organizando-se social e politicamente. Entretanto, não para a luta de classes; propunha-se a colaboração entre as classes e convidavam-se empresários e empreendedores às reuniões políticas das agremiações políticas dos trabalhadores, como vistos em outras partes desta pesquisa, não presentes neste artigo.

A consideração quanto à “ordem”, ou seja, o poder político, pertencer a outros dentro do que consideravam como uma Revolução pacífica, demonstrava que tinham clareza de sua posição social e política dentro do novo regime. Mas, nada estava decidido ainda! O caráter do regime ainda estaria em disputa e, para fazer valer seus interesses e sua visão de mundo, o proletariado precisava se organizar e fazer-se representar politicamente e isso tinha que ser feito com independência de classe, e politicamente era condição essencial apresentar-se inequivocamente republicano. Em seu manifesto no primeiro número, os redatores da *Voz do Povo* declaravam essa independência de classe. A Redação afirma seu compromisso em representar o operariado, os artistas (artífices), enfim, “os filhos do trabalho” no âmbito da “opinião pública”<sup>10</sup>.

Fosse como fosse, esses eram dias de esperança e, de ilusões...

---

<sup>8</sup> “À classe operária” in: *A Voz do Povo*, 09/01/1890, p. 1.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> *A Voz do Povo*, órgão operário dos Estados Unidos do Brasil, nº 1, p. 1.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Referências

### Fontes

*A Voz do Povo. Órgão Operário dos Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro, Arquivo Edgar Leuenroth.

*A Democracia. Órgão de Orientação Republicana.* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/>

*Cidade do Rio*, periódico diário, Rio de Janeiro, anos consultados, 1893-1895, disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Echo Popular. Órgão das classes operária, industrial e comercial.* Rio de Janeiro, Arquivo Edgar Leuenroth.

*Jornal do Commercio*, periódico diário, Rio de Janeiro, anos consultados, 1891-1893, disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/>

*O Paiz*, periódico diário, Rio de Janeiro, anos consultados, 1890-1893, disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/>

### Referências Bibliográficas

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ARAÚJO NETO, A. C., “República, democracia, abolição e moralidade do trabalho: o discurso socialista brasileiro em fins do Segundo Reinado”, in: *Anais do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH-SP*, Assis-SP, 2016, disponível em: [http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1462146809\\_ARQUIVO\\_Republica,democracia,abolicaoemoralidadedotrabalho.pdf](http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1462146809_ARQUIVO_Republica,democracia,abolicaoemoralidadedotrabalho.pdf)

\_\_\_\_\_, “O tenente Vinhaes como representante do operariado na Constituinte e no Congresso Nacional (1890 - 1893)”, in: *Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. Guarulhos-SP, 2018, disponível em: [https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530791818\\_ARQUIVO\\_AANPUH2018OtenenteVinhaescomorepresentantedooperariadoonoCongressoNacional.pdf](https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530791818_ARQUIVO_AANPUH2018OtenenteVinhaescomorepresentantedooperariadoonoCongressoNacional.pdf),

BATALHA, Cláudio H. M., “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, in: *Cadernos do AEL*, Campinas: 1999, vol. 6, nº 10/11.

\_\_\_\_\_. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”, In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo*

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

*excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_, “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”, in: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, vol. 2.

BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. S. Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

GOMES, Ângela M. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 2.ª Ed.

HOBBSBAWM, Eric J.. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2.ª ed.

\_\_\_\_\_. *Era do Capital, 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 5.ª ed.

\_\_\_\_\_. *Era das Revoluções: Europa, 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, 11.ª ed.

HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Tomo II: do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, vol. 5.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. IN: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 1.

MATTHIAS Erich “Kautsky y el kautskismo” in: KAUTSKY, Karl. *La Revolución Social. El Camino del Poder*. México-DF: Siglo XXI, 1978.

QUEIROZ, Suely Robles R. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PANSARDI, Marcus Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)*. Campinas-SP: Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, Unicamp, 1993.

SCHMIDT, Benito Bisso, “Os partidos socialistas na nascente República” in: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (As esquerdas no Brasil, vol. 1), 2007.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

STEINBERG, Hans-Josef, “O partido e a formação da ortodoxia marxista”, in: HOBBSAWM, Eric J. et al. *História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 3.ª ed.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.